

**PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E FOLKCOMUNICAÇÃO  
ATRAVÉS DOS EX-VOTOS DO BRASIL**

Fernanda Daniela Chaves Rocha<sup>1</sup>  
Genivalda Cândido da Silva<sup>2</sup>  
Ivana Carolina Alves da Silva Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** Ao transversalizar diálogos com distintas áreas de conhecimento, os ex-votos assumem o seu caráter híbrido e se revelam mais do que elementos de fé, mas também como elementos de cultura, comunicação, memória e identidade social. É nesse viés que o presente artigo se centra, ao trazer como referência ex-votiva as realidades do Santuário de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo e do Santuário de Nosso Senhor do Bomfim em Salvador Bahia.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Memória; Ex-votos; Folkcomunicação.

**Patrimônio e Memória: algumas reflexões**

O Patrimônio Histórico e cultural, até se constituir no que é hoje, passou por mudanças significativas no decorrer do tempo e da história. Essa trajetória foi marcada por profundas transformações que envolveram aspectos marcantes da política, cultura, e economia das épocas percorridas.

Choay (2001, p. 11) fala que, na origem, a palavra patrimônio estava ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. No entanto, posteriormente houve várias modificações nesse

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA); Bacharel em Turismo (UFPB). Bolsista do Projeto Inclusão Digital – CNPq PIBIC- UFBA [fernandaturismologa@gmail.com](mailto:fernandaturismologa@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Museologia (UFBA); Bolsista do Projeto Ex-Votos do Brasil – PIBIC-UFBA-CNPq. [v.bridacandido@gmail.com](mailto:v.bridacandido@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade (UNEB); Bacharel em Turismo e Hotelaria (UNEB). [ivanacarolina.souza@gmail.com](mailto:ivanacarolina.souza@gmail.com)



sentido, que contribuíram, inclusive, para a constituição do patrimônio cultural na atualidade. Esse processo, a princípio, foi marcado por usos simbólicos variáveis por parte da sociedade, que abrangia os aspectos relacionados à destruição, até alcançar o que entendemos por preservação e conservação dos monumentos.

Quando se fala em destruição, esse período se configurou de forma extremamente variante e singular. Alimentado pelas exigências de cada momento vivenciado, foi responsável por provocar alterações nas características do próprio significado do termo patrimônio, do que era considerado como fazendo parte do patrimônio, da representativa do patrimônio para a sociedade, entre outros atributos.

Camargo (2002) traz uma síntese interessante a esse respeito. Antes de se iniciar os primeiros indícios de preservação, os monumentos passaram por um sério processo de destruição. Eram totalmente colocados a baixo, sem qualquer receio ou manifestação por parte da sociedade. E qual a razão para tantas demolições? Segundo o mesmo autor, houve vários motivos, sendo os principais: embates entre ideologias distintas - visto que os monumentos pertenciam ao Estado Monárquico, e dessa forma eram considerados pelos opositores como algo que deveria ser destruído, de modo a apagar da memória a existência do poder real.

As reformas protestantes também foram responsáveis por provocar efeitos negativos no que diz respeito aos monumentos, principalmente na Inglaterra, na Alemanha e na França. Entre outros fenômenos que surgiram posteriormente, como é o caso da chamada Revolução Industrial, que teve uma forte influência nesse período datado de (destruição a preservação), provocando demolições de edifícios, igrejas, mosteiros, conventos, muralhas, entre outros monumentos, devido à intensa política de modernização.

Um acontecimento histórico relacionado à destruição dos monumentos é a Queda da Bastilha, grande fortaleza construída na França, pertencente ao Rei, e que foi totalmente demolida, em 1790, como forma de apagar da memória a lembrança daquele Estado Monárquico. Esse período se destacou como um marco importante, principalmente por representar o fim do antigo regime monárquico e o início do Estado republicano, momento que veio impulsionar consideravelmente o reconhecimento e as práticas de preservação do patrimônio, em que os bens pertencentes ao rei passaram a fazer parte do Estado, e conseqüentemente a fazer parte do povo (CAMARGO, 2002).

A Queda da Bastilha foi citada apenas como um exemplo marcante, no entanto, vários outros monumentos tiveram o mesmo destino, principalmente palácios e igrejas.

O interessante é imaginar que esses embates ideológicos tinham mais força do que a própria idéia de resguardar o monumento. Era mais satisfatório, para a sociedade, destruir os opositores que preservar o patrimônio ali presente. Esse fato deve-se justamente a falta de representatividade do patrimônio para a sociedade, sendo este considerado apenas como um simples elemento que fazia parte do Estado Monárquico, portanto, vítima da destruição. Ou seja, naquela ocasião, não era visto como símbolo de valor pela nação. No entanto, é necessário enfatizar que existiam as exceções, como veremos posteriormente.

E até quando o patrimônio teria que esperar para receber as primeiras medidas de preservação? Será que esse processo já era desenvolvido em algum lugar antes de se ter início na França? De acordo com Fonseca (1997) essas práticas já ocorriam na Itália, desde o século XV. Contudo, partiam por intermédio dos segmentos sociais dominantes, constituído pela igreja e a aristocracia, cujo objetivo era preservar edificações antigas e cristãs. Porém, na França, essa prática tornou-se mais forte, incluindo a preservação de outros bens, e servindo de modelo, inclusive, para outros países, como é o caso do Brasil.

Acredita-se que a partir do momento em que os bens da coroa passaram a fazer parte do Estado nacional, o sentido do patrimônio mudou gradativamente para a sociedade. A questão da preservação virou não apenas uma necessidade, mas algo ligado à própria identidade das pessoas. Como esclarece Fonseca (1997, p. 59), ao citar que “a noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações moderno”.

Todavia, isso não quer dizer que os monumentos não continuaram sendo vítimas de atos severos de vandalismo. Pelo contrário, mesmo com toda política de preservação que foi se configurando, o patrimônio ainda sofria descaracterizações. Camargo (2002) fala que em 1794 são tomadas as primeiras precauções para deter o vandalismo, ao utilizar como ferramenta a ideia do patrimônio nacional, em que os bens do Estado nacional também passaram a fazer parte da sociedade. Nessa perspectiva, os monumentos estariam presentes na identidade nacional e através deles, os cidadãos se reconheceriam como sendo franceses.

Aqui já é possível observar a questão da memória ligada à preservação do patrimônio, ou mais que isso, ligada a identidade cultural da sociedade. Como ressalta Camargo (2002, p. 30-31) ao citar que:

O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos à memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento.

Antes de iniciar a questão da memória, é preciso entender outros elementos relacionados ao patrimônio, como por exemplo, o que era considerado parte do patrimônio e das mudanças que aconteceram nesse sentido.

Vários autores que lidam com essa temática relatam que antes mesmo de serem inseridos outros bens considerados patrimônios, o patrimônio estava reduzido a patrimônio de pedra e cal. Barretto (2006) explica que, até a primeira metade do século XX, o patrimônio era considerado apenas por obras monumentais, arte consagrada e prédios de luxo. Geralmente, as edificações reconhecidas como importantes, e que tinham um cuidado diferente das demais eram antigos palácios, locais que se destacaram devido a algum fator político, ou por terem sido residências de membros respeitáveis da sociedade, isto é, pertencentes às classes dominantes. Entretanto, posteriormente esse quadro passou por modificações, e como exemplo, pode-se analisar o caso do Brasil, que adotou o método de preservação do patrimônio utilizado na França.

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio começou no século XX. Vários fatores influenciaram esse acontecimento, como a Revolução Industrial, que passou a modernizar as cidades de forma a modificar sua essência; a forte presença de imigrantes no sul do país, colocando em perigo a unidade brasileira; o crescimento do nacionalismo; a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional; e o interesse de “recriar” o Brasil, por parte dos intelectuais modernistas, como o poeta Mário de Andrade (SIMÃO, 2001; FUNARI e PINSKY, 2001).

O processo foi longo e as mudanças acentuadas. Na medida em que foi se consolidando, surgiram alguns órgãos para auxiliar na preservação, como é o caso do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado em 1936 e, posteriormente constituiu-se o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (FONSECA, 1997), ambos tinham por objetivo a preservação e conservação do patrimônio. Entre outras medidas que também foram surgindo com o passar dos tempos.

O importante é entender que, até mesmo nesse período, a noção de que o patrimônio era considerado como um bem de pedra e cal ainda era forte na sociedade. Porém, as próprias políticas e órgãos de preservação começaram a influenciar para que ocorressem mudanças relacionadas a o que considerar ou não considerar como sendo patrimônio. Levando em conta que muitos outros elementos de cunho cultural e histórico importantíssimo encontravam-se de fora dessa categoria.

Contudo, a partir de 1980, o IPHAN incorporou outros elementos que não fossem apenas os bens materiais, como cita Camargo (2002, p. 91-92), sobretudo os bens de “origem popular, os seus fazeres e, bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as procissões, a gastronomia, etc”. Nessa perspectiva, isso serviu de impulso para que os bens culturais passassem a ter outro sentido, principalmente com a agregação de outros bens tão importantes, que até então, não eram reconhecidos como tal.

Com o passar dos anos, o conceito de patrimônio foi sofrendo alterações e hoje cada autor cria várias definições a seu respeito. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 216 entende como patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas, e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Pensar o patrimônio partindo dessa visão é extrapolar a idéia de que o patrimônio se refere estreitamente a transmissão de bens e heranças de pai para filho, mediante uma visão paternalista muito associada à arte e a cultura, como nos séculos passados. Hoje o conceito de patrimônio evoluiu muito e compõe-se basicamente em três elementos básicos que envolvem o caráter material e imaterial: o meio ambiente, o conjunto de bens culturais, e o conjunto de bens acumulados e elaborados pelo homem.

Esses elementos nos permitem perceber que o patrimônio se apresenta como produto da capacidade humana de criar e refletir. É o processo de criação de cultura e transformação da realidade, bem como a produção social das pessoas, inclusive a relação delas com o meio ambiente e envolve diversidade cultural.

Na atualidade, a preservação do patrimônio está intrinsecamente ligada à questão da memória. Isso significa dizer que a preservação tornou-se importante não apenas para resguardar o patrimônio, mas como enfatiza Pollak (1992): principalmente para valorizar um elemento que constitui e fortalece o sentimento de identidade, seja ela, individual, social ou coletiva, abrindo precedentes para que possamos atribuir à memória a condição de patrimônio.

### **Memória Social**

A etimologia da palavra memória provém do grego “*mnemis*” e do latim “*memória*”. Para os gregos a memória vem cerceada de um apelo divino, ao passo que se refere à deusa Mnemósyne, mãe das musas, entidades sagradas que protegiam as artes, a ciência e a história. (SUANO; 1986). O termo memória traz consigo considerações que remetem a um sentido de conservação de uma lembrança, pressuposto que vai ao encontro do que acredita Chauí (2005, p. 138), quando diz que “a memória é uma evocação do passado, uma capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. Por isso, a necessidade de revisitar o passado está cotidianamente presente em nossos contextos de vivência, a partir da preservação de elementos e fragmentos culturais memoráveis diversificados.

Dessa forma, acompanhamos a absorção dessa categoria humana por variados campos da ciência e do conhecimento. Assim, a memória acaba assumindo diferenciadas perspectivas, se modificando gradativamente a partir de atribuições de cada área de atuação em específico. Daí a apresentação de variadas tipologias de memória: memória autobiográfica, memória cognitiva, memória histórica e memória hábito por exemplo. Cada categoria traz a sua contribuição em particular, seja numa perspectiva psicológica, social ou pessoal. Entretanto, o objetivo do presente artigo nos direciona a uma perspectiva que se fundamenta nas correntes historiográficas de memória, bem como a memória social e coletiva.

A discussão em torno da memória social e coletiva parte das contribuições de Durkheim que difundiu o conceito de fato social. Mas, é importante destacar a intervenção de Halbwachs (1990), criador do conceito de memória coletiva. Embora, aparentemente, sejam categorias isoladas; quando consideramos a concepção do referido autor, fica perceptível a linha de aproximação que existe entre as memórias social e coletiva, uma vez que cada memória individual se apresenta como um construto sobre a memória coletiva, construto este que muda conforme o lugar e o contexto que ocupamos, os quais também são modificados segundo as relações que mantemos com outros meios. Essa passagem, além de evidenciar o caráter coletivo da memória, nos remete a percepção do seu lado social, afinal, a memória é social porque ela tem relação com o conjunto de noções que determinado grupo possui.

Nessa perspectiva, Henriques (2004) ratifica que a memória coletiva representa as memórias individuais de determinado grupo social que articula suas lembranças em quadros sociais comuns, compartilhadas por todo o grupo. A construção da memória de um grupo representa a construção da memória coletiva desse grupo, ou seja, é aquilo que se seleciona, que se destaca e se registra, e, sobretudo, revela a identidade daquele conjunto de sujeitos. E é através desse registro que a identidade social se solidifica e fortalece, marcando sua trajetória no tempo e no espaço. Pois, como afirma Gilles Deleuze (2000) tempo e memória se fundamentam mutuamente, logo o fundamento do tempo é a memória, e a memória é a síntese fundamental do tempo que constitui o ser do passado (o que faz passar o presente) nesse sentido, a memória é sempre uma síntese ativa derivada dos acontecimentos.

A contribuição acima nos possibilita desmistificar o preconceito que ainda é presente quando se trata da memória, ao reportá-la unicamente ao passado. Nessa perspectiva Menezes (1987, p.184) argumenta que a memória não diz respeito apenas ao passado, mas também ao presente, pois: “Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro”. Ou seja, a premissa básica que vai nortear a memória é o compromisso com a mudança.

A partir do momento que compreendemos a memória enquanto elemento de transformação social abrimos precedentes para dialogar, por exemplo, com as idéias de Michael Pollak (1992) que trata esse construto social como um elemento básico para o estabelecimento de nossa identidade e para nos reconhecermos enquanto sujeitos sociais.

Além de se apresentar como um elemento constituinte da identidade, tanto individual, como social ou coletiva, a memória é também um fator extremamente importante para a construção de um sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua ressignificação de si. (POLLAK, 1992).

### **Folkcomunicação e memória social através dos Ex-votos**

A memória documentada, acumulada em arquivos, bibliotecas e museus, garante a relação de dependência entre documento e memória mesmo sendo considerado o conceito de documento “toda a base de conhecimento, fixada materialmente, susceptível de ser utilizada para consulta, estudo ou provas e fundamenta na existência de valores temporários atribuídos ao mesmo”. (Virilio, 1998)

Paul Virilio (id.) argumenta que, na atualidade, substituímos símbolos da linguagem escrita por símbolos visuais. Tal ideografia pode ser compreendida por intermédio do que ele nomeia de lógica da imagem, ou imagética, que habita um espaço/tempo acrescido da dimensão da velocidade e pode ser caracterizada por três fases: a era da lógica formal (pinturas, gravuras e arquitetura), a lógica da dialética (fotografia, cinematografia), e a da lógica paradoxal, iniciada com a videografia, infografia ou informação digitalizada.

Em 1967, quando o jornalista Luiz Beltrão defendia sua tese de doutorado na UNB, estava criando e fazendo nascer uma nova disciplina, a Folkcomunicação, ainda pouco conhecida e pouco entendida, hoje mais difundida, com grupos de pesquisadores no Brasil e no mundo, mas ainda não tão disseminada como as disciplinas mais clássicas da comunicação. Até então, as tradições populares eram focadas por áreas como o Folclore, e as Ciências Humanas Aplicadas. Foi através de Beltrão que a análise da comunicação popular teve novo rumo e campo de pesquisa, no qual esta alocado os ex-votos.

Luiz Beltrão lançou a plataforma dessa nova disciplina no primeiro número da revista de Comunicação e Problemas, periódico que inaugurou a disseminação das Ciências da Comunicação no Brasil. “Um dos grandes canais de comunicação coletiva é, sem dúvida, o folclore. Das conversas de boca de noite, nas pequenas cidades interioranas...” (Beltrão, 2008. p 19.). A partir dessa colocação, os processos de entendimento e julgamento da cultura popular, ou, cultura massiva, passou a ser visto

com outros olhares, principalmente um objeto que não era muito estudado na área da comunicação: o ex-voto.

Pois é tempo de não continuarmos a apreciar nessas manifestações apenas os seus aspectos artísticos, a sua finalidade diversionista, mas procurarmos entendê-las como linguagem do povo, a expressão do seu pensar e do seu sentir tantas e tantas vezes discordante e mesmo oposta ao pensar e ao sentir das classes oficiais e dirigentes. Esse sentido camuflado, que raro escapará ao próprio estudioso dos fenômenos sociológicos, é, contudo, perfeitamente compreendido por quantos tenham com os comunicadores aquela experiência sociocultural comum, condição essencial a que se complete o círculo de qualquer processo comunicativo. (BELTRÃO, 1965, P. 10).

O ex-voto fez e faz parte de toda essa evolução, tanto artística pictórica quanto evolutiva, migrando do passado para o presente mantendo diálogos com todos os tipos variados de grupos. Para Oliveira (2009, p.31)

[...] os ex-votos [...] são documentos. Exposições provocadas por todo o tipo de pessoas - camponeses, trabalhadores, desempregados, turistas, estudantes, ricos e pobres. Refletem a crença, a fé e as atitudes do homem da vida, da doença, da morte, da ambição, da festa, de variados valores sociais políticos e econômicos. Ao manter (e atualizar) a tradição, essas pessoas se espelham no costume de ir a um ambiente do povo rezar e fazer a desobriga.

Ao mesmo tempo em que o ex-voto é uma manifestação artístico-religiosa ligada ao catolicismo, para outros pesquisadores o mesmo objeto é analisado na sua contextualização pura como objeto de fé e agradecimento, em outra mais aplicada à mesma peça pode ser vista a partir de uma premissa comunicativa de memória, ou até mesmo de modo cultural.

O aspecto testemunhal do ex-voto exige um processo de comunicação social, que envolve os estudos iconográficos, iconológicos, discursivos e até mesmo biológicos, devido à percepção que se pode ter diante das formas testemunhais ex-votivas de representação das graças obtidas. Daí os testemunhos que vêm escritos, esculpidos, industrializados e orgânicos, envolvendo a ocorrência que motivou a graça (doença, obtenção da terra para plantar, da casa, do carro etc.), sendo que a representação da doença curada é a forma mais conhecida de um ex-voto.

Pois bem, ao analisar um ex-voto colocado em uma sala de milagres, é possível compreender que esse objeto está acarretado de simbologias que vão desde sua forma mais simples às mais complexas, a exemplo de um simples bilhete: o mesmo pode traduzir a que classe social, ou educacional o devoto está inserido; a forma da escrita e o

papel utilizado dizem muito do pagador de promessa; muito mais além, o motivo ao qual o fez deslocar-se para agradecer, se motivo de saúde, outrem.

Com o aparecimento das novas tecnologias, as manifestações populares ainda permanecem integradas, em relação aos seus rituais sagrados de devoção e fé no divino. Ao mesmo tempo, surge uma nova necessidade de comunicação, uma vez que os ex-votos tiveram suas formas diversificadas, deixando, na maioria das vezes, de serem construídos por artesãos, e passando a serem fabricados em escala industrial, como é o caso das peças em cera (membros, cabeças, braços, pernas dentre outros), ou até mesmo perdendo as características próprias únicas (pintura narrativas, xilogravuras, bordados) e passando a ser digitalizados no caso de fotografias, que perdem rapidamente a retratação do motivo ex-votivo (imagem).

Os devotos passaram a buscar novas formas de “conectar-se” com o sagrado: o ex-voto é um exemplo nítido dessa mudança social, não deixando, portanto, de expressar o sentimento de fé e agradecimento por graças alcançadas, e consequentemente expandido as estórias e histórias, notadamente fonte para os testemunhos da memória social.

### **Nossa Senhora Aparecida e Nosso Senhor Bom Jesus do Bomfim: ex-votos e memórias**

O Santuário de Nossa Senhora de Aparecida do Norte, esta a 180 km da capital localizado no interior do estado de São Paulo, e é considerada Capital da Fé, a cidade guarda toda a religiosidade do maior país católico do mundo. Foi nas águas de Aparecida que surgiu a padroeira do Brasil: Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

O complexo de Nossa Senhora Aparecida, foi originado a partir de uma série de milagres acometidos a fiéis, não se resumindo as Basílicas nova e antiga, mas no seu contexto por completo, sua conjuntura é de fé, memória e patrimônio. O local recebe visitaçao durante o ano todo, tendo seu ápice no dia 12 de outubro, quando fiéis chegam de todos os lugares carregados de pedidos e graças à padroeira. O santuário é consagrado pelas peregrinações e romarias, o local possui um museu que é um espaço ambientado e divulga um pouco da riqueza da religião católica, entre a arte sacra, a ourivesaria e prataria, e claro, os ex-votos.

Na sala de milagres de Aparecida, há toda uma influência museográfica, uma organização por lotes, e distinção de materiais, vitrines para ex-votos de cera (membros, imagens corpo inteiro, etc), outros para retratos, porcelanas, ex-votos estrangeiros

dentre tantas outras peculiaridades ex-votivas, e tem estabelecido local próprio para entrega do objeto. O lugar além ser sala receptora de ex-votos, é também sala expositiva, onde fiéis pesquisadores estudantes e romeiros podem dialogar com os ex-votos num processo de fruição, e comunicação.

Comunicação é um fenômeno que surge quando informação, enquanto novidade, precisa ser interpretada. Quando não há nada de novo, nada há a ser interpretado e comunicado. É por isso que informação e comunicação têm pouca importância em sistemas estabelecidos na tradição. (STOCKINGER, 2003, p. 12)

A sala de milagres e a sua vasta coleção refletem o olhar do organizador sobre o material. A sala traduz a visão que os responsáveis pelos ex-votos querem levar aos fiéis, a presença da comunicação é sempre constante, ao ponto de uma nova forma ex-votiva chamar a atenção: uma tela LCD que exibe textos enviados via celular pelos fiéis que não podem estar ou ir ao santuário pagar suas promessas. (Figura 1)



**Figura 1. Painel com LCD na sala de milagres de Aparecida.  
Foto: Genivalda Cândido da Silva.**

A história referente ao Santuário do Nosso Senhor Bomfim na Bahia, se difere do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no que diz respeito a sua fundação. Em aparecida há indícios de vários milagres, no Santuário do Bomfim a origem criva a história de uma única graça alcançada:

A imagem do Nosso Senhor do Bonfim foi trazida em razão de uma promessa feita pelo capitão-de-mar-e-guerra da marinha portuguesa, Theodózio Rodrigues de Faria, que, durante forte tempestade prometeu que se sobrevivesse traria para o Brasil a imagem de sua devoção. (OLIVEIRA, 2007. P.1)

Outro fator que difere os dois santuários é o sincretismo da festa religiosa do Bomfim, pois seu auge de visitação é entre a segunda semana do mês de janeiro, onde

romeiros, fiéis e turistas veem de todas as partes para agradecer, orar, e subir a colina Sagrada, num misto de fé e festa.

O Santuário do Senhor do Bonfim, especificamente a sala de milagres não tem tamanha dimensão como Aparecida. A disposição das graças alcançadas também não corresponde a uma tipologia inerente. Os ex-votos são alocados aleatoriamente, onde são vistos em categorias distintas, mas juntas, mostrando os tradicionais de parafinas e fotografias, fora de vitrines, ou de uma “museografica” não é aplicada no referido local. (Figura 2) Trata-se de uma sala pequena para acoplar tamanha diversidade de graças, onde o visitante fica a mercê a tantos objetos, mas isso apenas confirma a capacidade dos ex-votos de ir além da sua própria materialidade, pois eles influenciam no comportamento humano, e fazem com que os fiéis experimentem certas interpretações da realidade, com direito a fruição e leitura dos signos presentes no local, independentemente da sua estruturação ou alocação, a memória está presente.



**Figura 2. Ex-votos do Bomfim**  
**Foto: José Cláudio Oliveira**

A partir das observações, estudos e pesquisas realizadas *in locus*, foi possível ter uma compreensão não tão generalizada, mas ampla do que é um santuário que comporta ex-votos, pois, os distintos locais possuem uma forma peculiar de comunicar-se com o visitante, seja ele, fiel ou apenas um indivíduo acompanhando um grupo.

As salas de milagres são ambientes que comportam vasta simbologia e signos, um vasto campo de pesquisa tanto no âmbito patrimonial quanto comunicativo, pois a *media* presente no local é um atrativo a mais de estudos para diversos campos voltados

para a cultura, a memória social, as artes e a comunicação, fruto da espontaneidade popular, de uma tradição milenar.

## REFERÊNCIAS

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BELTRÃO, Luis. “O ex-voto como veículo jornalístico.” In: MELO, José Marques de. **Mídia e cultura popular, História, taxionomia e metodologia da folkcomunicação**. São Paulo: Paulus, 2008. – (Coleção Comunicação).

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5 ed. SP: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. Tradução de Luis Orlandi. Editora 34: 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HENRIQUES. R.N. **Museu, Memória e Virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa**. Dissertação de Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2004

MELO, José Marques de. **Mídia e cultura popular, História, taxionomia e metodologia da folkcomunicação**. São Paulo: Paulus, 2008. – (Coleção Comunicação).

MENESES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, Alfredo (org). **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. P. 182-190.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. “Forma e conteúdo”. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 4, nº 41, fev. 2009, p. 30-31.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Revista eletrônica de Turismo Cultural. Nº 01 Abril, 2007. [www.eca.usp.br/turismocultural](http://www.eca.usp.br/turismocultural).

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 444 p. il.(Debates).

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STOCKINGER, Gottfried. **A sociedade da comunicação**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2003.297 p.

SUANO, M. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986. 112 p. (Coleção Primeiros Passos)